





Incentivos e Escolhas

Luís Cabral

lcabral@stern.nyu.edu

ECONOMIA POR DECRETO

O paralelo, sugerido por Seguro, entre a regra do défice e a regra da taxa de desemprego é infeliz. Não faltam políticos e “especialistas” convictos da possibilidade de revogar o mecanismo da oferta e da procura

Notícia nº 1: Recentemente, António José Seguro propôs a criação de um limite para a taxa de desemprego nos países da União Europeia. A ideia do dirigente socialista é que, assim como existe uma regra para o défice governamental, deve também existir uma regra para a taxa de desemprego. (Não me debruçarei aqui sobre a citação “criada” pela Lusa – e citada por múltiplos jornais – segundo a qual Seguro terá proposto que “nenhum país possa ter uma taxa de desemprego superior à média europeia”; Seguro não merecia esta incorrecta caracterização da proposta feita em Paris).

Notícia nº 2: Recentemente, a investigadora Raquel Varela defendeu que “a ideia do Governo é acabar com todo o direito ao trabalho”. Por outro lado, o motivo por que existe desequilíbrio na segurança social, segundo Varela, não tem a ver com a questão demográfica, mas sim com o facto de muitos portugueses activos estarem desempregados e muitos dos empregados (os bolseiros, por exemplo) terem empregos precários (empregos que descontam menos

para a segurança social). Se houvesse pleno emprego, continua Varela, a segurança social seria sustentável. Assim, a historiadora afirma que “temos de ter uma política de pleno emprego, ou seja, temos que pôr toda a gente a trabalhar menos e por isso a trabalhar melhor, mas toda a gente a trabalhar. Temos também de ter relações de trabalho protegidas”.

O que Seguro e Varela têm em comum é a ideia – ou a ilusão – da política económica “por decreto”. É verdade que, na expressão “mercado de trabalho”, a palavra mais importante é “trabalho”. No entanto, não nos podemos esquecer da palavra “mercado”. Neste sentido, o paralelo – sugerido por Seguro – entre a regra do défice governamental e a regra da taxa de desemprego é infeliz. Para usar o futebol como exemplo, uma coisa é decretar que a despesa com a selecção nacional não deve exceder x; outra coisa é decretar que a selecção nacional tem de chegar pelo menos aos quartos de final do Mundial. Oxalá fosse assim tão simples!

Conta-se que um secretário de Estado, de visita a uma exploração agrícola, ouvia a queixa de

A rigidez do mercado de trabalho melhora a situação dos que já têm emprego. O problema é: a que custo? Os factos falam por si

que “os preços estão muito baixos, nem dá para cobrir as despesas”. “É a lei da oferta e da procura”, respondeu o político. “Então o sr. dr. veja lá se consegue revogar essa lei”, implorava o agricultor. A tragédia é que isto é mais do que uma anedota: não faltam políticos e “especialistas” convictos da possibilidade de revogar o mecanismo da oferta e procura, como se tudo, incluindo a quadratura do círculo, fosse conseguido por “fiat”.

A preocupação com o bem-estar dos trabalhadores é louvável. A indignação com as “falcatruas” que efectivamente transferiram rendas para uns quantos capitalistas privilegiados (BPN, PPP, etc.) é compreensível. No entanto, a solução proposta – para efeitos práticos, que o Estado determine o número de empregos, bem como o salário, bem como tudo o que tenha a ver com a relação laboral – não é solução. Não é por acaso que os países europeus com maior percentagem de trabalhadores precários são justamente os países em que existe maior protecção legal do emprego. Em certo sentido, é verdade que a rigidez do mercado de trabalho melhora a situação dos que já têm emprego. O problema é: a que custo? Os factos falam por si.

Professor da Universidade Nova e da [ABSE](#)

O autor escreve de acordo com a antiga ortografia